

PRINCIPAIS CORRENTES APOLOGÉTICAS CRISTÃS

ISRAEL VICTOR TEIXEIRA DA SILVA

Graduado, Faculdade Batista do Rio de Janeiro, RJ

SAMUEL MARQUES CAMPOS

Doutor, Faculdade Batista do Rio de Janeiro, RJ



RESUMO

O texto "Principais correntes apologéticas cristãs" explora a apologética como a defesa racional da fé cristã, desde suas origens no termo grego apologia até seu desenvolvimento como uma disciplina formal. Ele apresenta um panorama histórico das principais figuras e abordagens apologéticas, desde os primeiros apologetas como Justino Mártir e Tertuliano até pensadores como Agostinho, Tomás de Aquino, Lutero e apologetas contemporâneos como William Lane Craig e Cornelius Van Til. O texto também destaca quatro sistemas apologéticos principais—clássico, evidencialista, reformado e fideísta—, discutindo suas características, vantagens e limitações, e refletindo sobre os desafios enfrentados pelo cristianismo em diferentes contextos históricos e culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Apologética Cristã, Defesa da Fé, Correntes Apologéticas, História do Cristianismo, História da Teologia



ABSTRACT

The text "Main Christian Apologetic Currents" explores apologetics as the rational defense of the Christian faith, from its origins in the Greek term *apologia* to its development as a formal discipline. It provides a historical overview of the main figures and apologetic approaches, from early apologists such as Justin Martyr and Tertullian to thinkers like Augustine, Thomas Aquinas, Luther, and contemporary apologists like William Lane Craig and Cornelius Van Til. The text also highlights four main apologetic systems—classical, evidentialist, reformed, and fideistic—discussing their characteristics, strengths, and limitations, and reflecting on the challenges faced by Christianity in different historical and cultural contexts.

KEYWORDS: Christian Apologetics, Defense of the Faith, Apologetic Currents, History of Christianity, History of Theology



INTRODUÇÃO

Previamente à exploração das correntes apologéticas predominantes, propõe-se a apresentação de algumas definições de significativa relevância. A apologética pode ser conceituada como a defesa da fé cristã. Não obstante, a simplicidade inerente a essa definição encobre a intrincada complexidade associada à delimitação da apologética. Nesse contexto, uma multiplicidade de abordagens tem sido empregada para elucidar o significado, a extensão e o propósito da apologética.

O termo "apologética" deriva da palavra grega apologia, que era originalmente usada em referência a um discurso de defesa ou resposta dada como réplica. Na antiga Atenas, o termo fazia referência a uma defesa feita no tribunal como parte de um processo judicial normal. Depois da denúncia, o réu podia refutar as acusações por meio de uma defesa ou resposta (apologia). O acusado tentava "afastar pela fala" (apo afastamento, logia discurso) a acusação. O exemplo clássico de apologia é a defesa de Sócrates acusado de pregar deuses estranhos. A história foi contada por seu aluno mais famoso, Platão, no diálogo chamado A apologia (em gr., Hê apologia).

A terminologia em questão aparece em dezessete vezes como substantivo ou verbo no Novo Testamento, sendo tanto o substantivo "apologia" quanto o verbo "apoleogeomai" passíveis de tradução como "defesa" ou "justificação" em todas as ocorrências. Conseqüentemente, a palavra é habitualmente empregada para denotar um discurso elaborado em defesa própria.

O Evangelho de Lucas relata que um judeu chamado Alexandre empreendeu a ação de "apresentar uma defesa" diante de uma assembleia enfurecida em Éfeso, a qual fora incitada pelos fabricantes de ídolos. Esta ira era motivada pela ameaça que a pregação de Paulo representava para o negócio desses fabricantes, conforme registrado em Atos 19.33.

Em outras instâncias judiciais, Lucas emprega consistentemente a palavra em referência a cenários nos quais os cristãos, notadamente o apóstolo Paulo, são



levados a julgamento devido à sua proclamação da fé em Cristo. Nessas circunstâncias, eles se veem compelidos a defender sua mensagem contra acusações de ilegalidade, como evidenciado em passagens como Lucas 12.11; 21.14; Atos 22.1; 24.10; 25.8,16; 26.2,24.

Paulo emprega a palavra "defesa" em diversas situações ao longo de suas epístolas. Ele se defende como apóstolo diante de críticas em Corinto (1Co 9.3; 2Co 12.19) e menciona a importância da defesa perante acusações relacionadas à Lei em Romanos (Rm 2.15). Em momentos críticos, como sua primeira defesa em julgamento (2Tm 4.16), Paulo destaca a ausência de apoio. Sua prioridade é defender o evangelho, como evidenciado em Filipenses, onde agradece o apoio na defesa e confirmação do evangelho (Fp 1.7, 16). O termo "defesa" permeia seu ministério, enfatizando a proteção do evangelho contra críticas prejudiciais ou depreciativas .

Em 1 Pedro 3.15 orienta os crentes a estarem preparados para justificar sua esperança quando questionados. Similar a textos de Paulo e Lucas, o contexto envolve difamação e ameaças de perseguição por não cristãos (1Pe 3.13-17; 4.12-19). Diante de desafios, os cristãos devem agir legalmente, manter integridade e oferecer uma defesa racional de suas crenças. O Novo Testamento não utiliza os termos "apologia" e "apologeom" no sentido técnico moderno de apologética, mas revela a ideia de defender racionalmente a fé, especialmente em Filipenses 1.7,16 e 1 Pedro 3.15. Contudo, não estabelece uma disciplina formal de apologética, carecendo de sistemas ou teorias específicas nesse sentido .

No segundo século, observou-se uma evolução semântica do termo "defesa", passando a adquirir um sentido mais restrito ao referir-se a um grupo de escritores dedicados a defender as crenças e práticas do cristianismo contra diversas investidas críticas. Esses indivíduos, conhecidos como apologetas, receberam tal denominação devido aos títulos de alguns de seus tratados. Dentre os mais proeminentes estavam Justino Mártir (Primeira apologia, Diálogo com Trifão, Segunda apologia) e Tertuliano (Quintus Septimius Florens Tertullianus) em Apologeticum .

No "Apologeticum" de Tertuliano, o culto cristão, em meio aos destroços da civilização greco-romana, enfrentava difamações e maledicências. Tertuliano, jurista



renomado, defendia o cristianismo como alternativa religiosa em um ambiente romano decadente e em crise econômica. A utilização do título "Apologia" por esses autores remete tanto ao diálogo "Apologia" de Platão quanto à acepção comum no Novo Testamento, estando em consonância com o fato de que a ênfase dessas apologias do segundo século consistia em defender os cristãos de acusações de atividades ilegais .

A palavra "apologética" só foi ligada a uma disciplina teológica específica em 1794, e desde então, o papel dessa disciplina no pensamento cristão tem sido objeto de debate contínuo. Em 1908, B. B. Warfield examinou várias percepções sobre a apologética antes de propor sua conclusão. Ele sugeriu que a apologética abrange a autenticação de verdades divinas (apologética filosófica), da consciência religiosa (apologética psicológica), da revelação (apologética da revelação), do cristianismo (apologética histórica) e da Bíblia (apologética bibliológica) .

Na esfera da apologética, diversos termos correlatos são frequentemente empregados, cada qual portando significados e implicações particulares que contribuem para o enriquecimento e aprofundamento deste campo de estudo. Esses termos, intrínsecos ao léxico apologético, desempenham um papel crucial na articulação de conceitos e na formulação de argumentos que sustentam a defesa da fé cristã. A compreensão precisa desses termos é, portanto, imprescindível para uma abordagem acadêmica rigorosa da apologética, permitindo uma análise mais refinada e uma discussão mais fundamentada sobre os temas pertinentes a este campo .

A "Apologia" é frequentemente usada para descrever a defesa da fé cristã por meio de argumentos e obras específicas; podendo ser um documento escrito, discurso ou um filme. O apologeta será alguém que tem por hábito a defesa da fé, sua formulação pode ser direcionada a vários contextos: científicos, históricos, filosóficos, éticos, religiosos, teológicos e culturais. Na língua portuguesa as expressões apologia e apologética são intercambiáveis, que podem ser empregadas de outras três maneiras, referindo-se à disciplina relacionada à defesa da fé, em



segundo pode deter-se a um grupo geral de sistemas desenvolvidos para defesa da fé e por último à prática .

Uma expressão de escassa notoriedade dentro do próprio contexto apologético é a meta-apologética, a qual se propõe a examinar a essência das metodologias apologéticas. Ela pode ser apreendida como um domínio de estudo que analisa os métodos, conceituações e fundamentos dos sistemas apologéticos. A meta-apologia estuda as questões teóricas por trás da defesa da fé. Ela se concentra nas questões primárias e essenciais que devem ser abordadas de maneira adequada para garantir que a prática da apologética esteja firmemente embasada na verdade. Dessa forma, podemos mencionar, por exemplo, a meta-apologética reformada de Cornelius Van Til ou a meta-apologética neotomista de Norman Geisler .

2.1 PAPEL ESSENCIAL DA APOLOGÉTICA

Ao longo do desenvolvimento histórico, identificamos, predominantemente, três funções ou objetivos intrínsecos à apologética. Enquanto determinados apologistas enfatizaram exclusivamente uma única função, outros refutaram a validade de uma ou mais dessas funções atribuídas. No entanto, de maneira ampla, cada uma destas funções foi reconhecida e aceita como essencial para a definição do propósito desta disciplina, consistindo na vindicação da cosmovisão cristã diante de seus opositores e na contestação de sistemas e teorias antagônicas.

Bernard Ramm elucida igualmente três principais funções inerentes à apologética. A primeira delas é dedicada a "elucidar a maneira pela qual a fé cristã se correlaciona com as afirmações de verdade". As proposições verdadeiras de uma religião necessitam ser rigorosamente examinadas, a fim de se avaliar e verificar sua consonância com a realidade. Tal função é análoga àquilo que Beattie denomina como defesa. A segunda função visa a "demonstrar a capacidade interpretativa do cristianismo" frente a uma diversidade de temas, o que se alinha substancialmente ao que Beattie descreve como vindicação. A terceira função, conforme destacada por Bernard Ramm, que consiste na refutação de ataques infundados ou espúrios, é congruente com a função atribuída por Beattie .



Os três aspectos fundamentais da apologética consistem em: prova, defesa e ofensiva. A prova envolve a elaboração de uma fundamentação racional subjacente à fé; a defesa se concentra em contrapor-se às objeções provenientes do ceticismo; enquanto a ofensiva se empenha em confrontar ao raciocínio incrédulo. A apologética se encarrega de rebater objeções, sendo necessário remover barreiras, tais como alegadas discrepâncias entre as afirmações das Escrituras e interpretações distorcidas. Na apresentação dos pilares da fé cristã, a apologética se debruça sobre a teologia filosófica, confrontando diretamente os sistemas de crenças não cristãos.

Podemos salientar os grandes dilemas no campo religioso na atualidade que o cristianismo tem que lidar igualmente em contextos sociais. A falsa ideia de que todas as religiões apresentam contribuições significativas à sociedade sem entrar no mérito de qual é a “fé correta”. Essa ideia pluralista está presente na sociedade e perpassa pela fala das pessoas que se deixaram levar por ele. Nessa disputa, temos o pluralismo duelando com o exclusivismo do cristianismo. O que ocorre é que se difunde que todas as religiões são igualmente portadoras da “verdade” e da salvação. Assim, falar nos dias atuais que o cristianismo é a única religião verdadeira não se coaduna com a perspectiva (pós-) moderna das metanarrativas.

A estas funções, adiciona-se uma quarta dimensão: a apologética almeja convencer as pessoas da veracidade da perspectiva cristã. Em certa medida, este último aspecto poderia ser interpretado como uma síntese do objetivo global da apologética, ao passo que os três aspectos anteriores se concentram nas funções específicas através das quais esse objetivo é alcançado. Contudo, é pertinente considerar a persuasão como uma função distinta, dado que ela abrange elementos que transcendem a mera apresentação de uma réplica intelectual (foco dos três primeiros aspectos). A persuasão deve levar em conta a experiência de vida do interlocutor incrédulo, o tom apropriado a ser empregado no diálogo e outras questões que ultrapassam a simples disseminação de informações.

2.2 HISTÓRIA DA APOLOGÉTICA



Embora as apologias ou defesas associadas à fé cristã remontam ao primeiro século, a cristalização da apologética como uma ciência formal representa um desenvolvimento relativamente mais recente na história do pensamento teológico. Embora possivelmente nenhum dos textos do Novo Testamento possa ser categorizado como um tratado formal de apologética, a maioria destes documentos evidencia preocupações inerentes à defesa da fé cristã. E essa diligência visa resguardar a fé cristã das influências consideradas corruptas advindas das filosofias gregas, como o gnosticismo e docetismo.

Os escritores neotestamentários preveem e refutam objeções com o intuito de validar a autenticidade das alegações e das autoridades de Cristo, focalizando particularmente na ressurreição de Jesus como o alicerce histórico sobre o qual se fundamenta o cristianismo.

Diversos textos integrantes do Novo Testamento dedicam-se a abordar controvérsias que refutam ensinamentos considerados heréticos, manifestando uma preocupação apologética direcionada à defesa do evangelho em face das distorções surgidas no seio da comunidade eclesial sem dissociar das questões sociais, políticas, econômicas, perseguições e martírios.

Um exemplo de impacto econômico causado pelo cristianismo é apresentado em Atos 19:27, onde a pregação de Paulo conduziu à queda nas vendas de imagens de Diana em Éfeso, gerando insatisfação entre os artesãos dependentes dessa atividade. Inicialmente, em Jerusalém, os cristãos sofreram perseguição primordialmente pelos judeus. Contudo, a situação mudou sob o império de Nero (54-68), quando o Estado romano assumiu o papel de perseguidor dos cristãos.

De todos os textos do Novo Testamento, os dois volumes de Lucas (seu Evangelho e o livro Atos dos Apóstolos) são os mais abertamente apologéticos no que se propõem. No prólogo (Lc 1.1-4). Lucas anuncia que sua obra se baseia em pesquisa histórica cuidadosa e apresenta um registro preciso das origens do cristianismo. A própria estrutura e o conteúdo dessa obra em duas partes indicam que ela foi escrita, pelo menos em parte, como uma apologia política para Paulo: Atos termina com Paulo em prisão domiciliar, mas pregando livremente em Roma. Os dois livros



ênfatisam que Jesus e os apóstolos (especialmente Paulo) eram pessoas que obedeciam à lei. Em Atos, o tema da ressurreição de Jesus como vindicação, o cumprimento das profecias messiânicas do Antigo Testamento por Cristo e os fenômenos carismáticos no dia de Pentecostes e depois desse dia foram usados como evidências

Nos escritos paulinos, especialmente em Romanos 1, observa-se um paralelo entre o pensamento de Paulo e seu discurso em Atenas, adotando uma abordagem apologética judaico-helenística para criticar a cultura gentílica e a igualdade de pecados entre judeus e gentios. Paulo ênfatisa a revelação clara da existência e divindade de Deus nas Escrituras, apontando que a humanidade conhecia Deus, mas escolheu a idolatria, suprimindo a verdade divina. (1.18-25) .

A interpretação de que as pessoas "conheciam a Deus" se desdobra em duas óticas principais: a primeira sugere que todos já conheceram Deus, mas atualmente esse conhecimento se perdeu, apoiada pelo uso do tempo verbal passado e por diversos trechos paulinos que afirmam o desconhecimento de Deus pelos gentios. A segunda perspectiva propõe que, em um sentido limitado, as pessoas ainda conhecem Deus, mas optam por não adorá-lo adequadamente, uma ideia sustentada pela noção de que para suprimir a verdade sobre Deus, alguma noção Dele deve ser inicialmente reconhecida. Essas visões contrastantes refletem a complexidade do conhecimento divino, que, embora tenha sido universal, hoje se vê ocultado e frequentemente substituído por práticas idólatras, apesar das contínuas evidências da existência de Deus .

Nas epístolas de Paulo, questões apologéticas surgem frequentemente, refletindo as distintas interpretações de Cristo entre judeus e pagãos convertidos, já integrados nas congregações fundadas pelo apóstolo. Especialmente em 1 Coríntios 1-2, Paulo orienta os fiéis de Corinto a não conformarem o evangelho às concepções filosóficas gregas, ressaltando uma visão que contrasta com as tentativas de sincretismo religioso e adaptação cultural do cristianismo primitivo aos contextos helênicos .



Paulo rejeita a acusação de anti-intelectualismo, argumentando que o cristianismo oferece uma sabedoria fundada na revelação divina, superior a qualquer conhecimento humano, conforme exposto em 1 Coríntios 1:18-21 e 2:6-16. Em 1 Coríntios 15, ele aborda a ressurreição de Cristo como um evento histórico e desafia a posição dos hereges sobre a ressurreição dos mortos, apresentando um dilema lógico: se Cristo ressuscitou, os cristãos também ressuscitarão; negar a ressurreição de Cristo invalida a fé cristã, evidenciando a incoerência dos argumentos contrários à doutrina da ressurreição. Este raciocínio estabelece um clássico modelo apologético, encurralando os opositores em um impasse lógico.

O apóstolo João empregou uma estratégia semelhante à de Paulo ao adotar terminologia filosófica e religiosa em seu Evangelho, referindo-se ao Cristo pré-encarnado como o Logos ("Palavra", João 1:1). O conceito de uma Palavra pré-existente na criação divina do universo não é estranho ao Antigo Testamento (por exemplo, Gênesis 1:3; Salmos 33:6,9). No entanto, para qualquer leitor gentio ou helenista, o termo Logos teria imediatamente evocado ideias platônicas e estoicas da Razão universal que se acreditava governar o cosmos e, como se acreditava, refletir na mente racional de todo ser humano (cf. João 1:9). No entanto, a proclamação de João de que este Logos era pessoal, que ele era o Filho de Deus (v. 1, 14, 18; cf. 20:31), e que ele havia se tornado carne (1:14) chocou tanto judeus quanto gregos. Essa informação demandava uma forma completamente nova de entender Deus e a humanidade para crer que Jesus era o Logos divino encarnado.

A análise acadêmica da apologética no contexto neotestamentário seria considerada incompleta sem uma avaliação criteriosa de 1 Pedro 3.15. Este versículo é frequentemente citado como a expressão paradigmática do imperativo apologético atribuído ao fiel cristão. Pedro orienta os fiéis a "consagrar Cristo como Senhor em seus corações, mantendo-se perpetuamente prontos para apresentar uma defesa (apologia) àqueles que exigirem uma explanação (logos) acerca da esperança que neles reside, porém executando tal prática com respeito.



Inicialmente, é evidente que Pedro exorta os fiéis a empreenderem uma defesa lógica e coerente de suas crenças. A terminologia Logos (empregada igualmente em João 1.1 ao aludir ao Cristo preexistente) apresenta considerável versatilidade de significados, contudo, dentro deste contexto específico, refere-se indubitavelmente a uma narrativa ou exposição fundamentada em razão.

A concepção da fé transcende a noção de um conhecimento imperfeito ou uma ciência deficiente. Em sua essência primária, a fé constitui-se como uma dádiva divina, não resultando em detrimento da capacidade intelectual. Longe de representar uma renúncia ao pensamento crítico, a fé emerge como uma manifestação de responsabilidade humana, imbuída de uma fundamentação racional. Esta vertente racional da fé é corroborada pelo ensinamento do apóstolo São Pedro, que nos exorta: "Estejam sempre preparados para fazer a defesa perante qualquer um que vos demande a explicação da esperança (fé) que há em vós" (1 Pedro 3.15).

A expressão apologia, embora não se alinhe perfeitamente à definição moderna de "apologética" conforme seu aspecto técnico, insinua, de forma subentendida, a obrigação incumbida ao cristão de formular a defesa mais robusta que puder em relação à sua declaração de crença na soberania de Jesus Cristo.

Queremos destacar que no encargo apologético universalmente atribuído a todos os cristãos, dentro deste quadro, Pedro exorta com veemência os crentes a se precaver para tal tarefa, especialmente quando confrontados com possíveis padecimentos devido à sua fé. A formulação utilizada por Pedro é ampla ["sempre... a todo aquele que pedir a você"] e institui o mandato apologético como um imperativo constante para a comunidade eclesial.

Pedro nos orienta a exercer a apologética adotando posturas respeitadas tanto perante os não cristãos com quem dialogamos quanto em relação ao Senhor a quem representamos, enfatizando a "mansidão e reverência". O termo "mansidão" refere-se à abordagem que devemos adotar ao responder àqueles que questionam nossa fé, abarcando tanto indivíduos genuinamente interessados quanto opositores à mensagem cristã. Já a expressão "reverência" (phobos, comumente traduzida como



"temor"), é traduzido como respeito em algumas versões o que é geralmente entendido como uma referência ao respeito pelas pessoas a quem nos dirigimos

Durante o período pós-apostólico, a igreja enfrentou novos desafios à medida que se difundia pelo Império Romano, demandando uma resposta apologética adaptada às circunstâncias emergentes. Neste contexto, o judaísmo rabínico, o gnosticismo em sua forma plenamente elaborada, o paganismo hostil, assim como a cultura e a filosofia helenística, se apresentaram como forças antagônicas à expansão da igreja nascente. Dentre apologistas do segundo século, sem dúvida o mais importante foi Justino Mártir (c. 100-165), converteu-se do platonismo ao cristianismo. Em seu renomado diálogo com Trifão, o filósofo e teólogo Justino Mártir utiliza profecias messiânicas extraídas das Escrituras Hebraicas como evidências para sustentar sua argumentação de que Jesus de Nazaré é o cumprimento messiânico aguardado.

Justino defende o cristianismo das acusações de ateísmo, haja vista que era uma acusação extremamente séria, sem contar as acusações de práticas imorais, como o consumo de carne e sangue. Atualmente, é incomum imaginar alguém sendo condenado por ateísmo, porém, tal prática era comum em sociedades antigas, incluindo a cultura greco-romana. Um exemplo é o relato dos amigos de Daniel, enviados à fornalha de fogo por se recusarem a adorar a estátua erguida por Nabucodonosor. Da mesma forma, o imperador Domiciano ordenou a execução de seu parente Flávio Clemente e de sua esposa Flávia Domicila, acusados de ateísmo e de adotarem costumes judaicos. Esses episódios históricos ilustram a intolerância religiosa e as consequências adversas enfrentadas por aqueles que desafiavam as normas culturais e religiosas vigentes.

Que necessidade há de explicar a vós os modos como os artífices dispõem a matéria, ora polindo e cortando, ora fundindo e martelando? Isto não somente o temos por coisa irracional, mas que se faz um insulto a Deus, pois tendo Ele glória e forma inefável, é dado o nome de deus a coisas corruptíveis que necessitam de cuidado. E muitas vezes, ao que tem servido de instrumento ignominioso, com apenas a mudança de sua figura por meio da arte, é colocado o nome de deus



Nas culturas antigas, caracterizada por uma forte religiosidade, a acusação de ateísmo ou impiedade era considerada extremamente grave. No entanto, os cristãos eram ocasionalmente alvo dessas acusações, apesar de sua firme crença na existência de Deus. Isso ocorria por várias razões. Primeiro, os seguidores de Cristo não praticavam a representação física de sua divindade nos locais de culto, diferindo assim das práticas comuns em uma sociedade onde a escultura era predominante. A ausência de imagens divinas levava alguns a interpretar erroneamente essa abstinência como falta de crença em divindades, contribuindo para a disseminação da acusação de ateísmo entre os cristãos. Segundo, os cristãos, especialmente os apologistas, eram frequentemente críticos das práticas de adoração romanas que incluíam imagens de escultura, considerando-as idolatria. Seu posicionamento contra a idolatria muitas vezes era mal interpretado como negação da existência de divindades, o que reforçava ainda mais as acusações de ateísmo contra eles.

É plausível afirmar que, no desenvolvimento de sua doutrina, Justino não possuía um vasto conhecimento ou consciência das Escrituras, particularmente em relação à sua perspectiva subordinacionista de Cristo. Apesar disso, seu esforço merece reconhecimento e é considerado louvável, especialmente quando levamos em consideração seu posicionamento histórico precoce na tradição cristã. Isto é, sua atuação ocorreu anteriormente à conclusão formal do cânon do Novo Testamento, um período marcado por intensas discussões teológicas e pela consolidação das Escrituras Cristãs. Além disso, destaca-se o papel pioneiro de Justino na fundamentação da teologia e da apologética cristã. Portanto, a contribuição de Justino, apesar das possíveis limitações em sua compreensão bíblica, ocupa um lugar significativo no desenvolvimento do pensamento cristão, evidenciando a relevância de seu empenho e pioneirismo no contexto de sua época.

Orígenes, reconhecido como o mais proeminente apologista do terceiro século (c. 185-254), elaborou uma significativa contribuição para a literatura apologética cristã através de sua obra, "Contra Celso" que está entre os clássicos fundamentais da apologética, destacando-se pela sua abordagem racional e



metódica na defesa do cristianismo. Esta extensa resposta abordava as críticas filosóficas, éticas e históricas dirigidas ao cristianismo. Neste texto, Orígenes articula uma refutação às alegações de que os milagres de Jesus foram realizados por meio de magia. De forma notável, ele oferece uma defesa baseada em evidências históricas da ressurreição de Jesus, contrapondo-se às teorias contemporâneas que atribuíam o fenômeno a alucinações, entre outras objeções. Orígenes também compara as narrativas de milagres presentes no paganismo como aquelas registradas nos Evangelhos, concluindo pela superior credibilidade destes últimos.

Durante os séculos IV e V, o declínio das religiões pagãs e o crescimento do cristianismo marcaram o império, influenciados em parte pelo edito de Constantino de 313. Apologetas cristãos, tanto latinos quanto gregos, destacaram-se ao discorrer sobre o desenvolvimento e o impacto transformador do cristianismo, adotando uma abordagem sistemática para apresentá-lo como uma cosmovisão em oposição às filosofias contemporâneas, com destaque para o neoplatonismo. Aurélio Agostinho (354-430), o bispo de Hipona, emergiu como a figura central deste período, contribuindo significativamente para a apologética e teologia cristã através de suas extensas obras que abordavam cultura, filosofia e história. A conversão de Agostinho ao cristianismo, sejam intelectual e moral após sua desilusão com o maniqueísmo e sua subsequente rejeição às filosofias dualistas desempenharam um papel crucial em sua defesa da fé cristã, incluindo sua refutação às doutrinas maniqueístas.

A instauração de uma filosofia de índole cristã revela-se imperativa para a contraposição das doutrinas pagãs vigentes, notadamente o platonismo, concebido como a doutrina que mais se aproximava dos preceitos cristãos. Esta concepção subjacente motivava a formulação de um arcabouço teórico cristão que visasse tanto a interlocução quanto a contestação das perspectivas filosóficas pagãs.

A exposição mais abrangente da filosofia cristã desenvolvida por Agostinho,, encontra-se em uma de suas obras finais, "A Cidade de Deus". Esta peça é amplamente reconhecida como uma das mais significativas contribuições à história do pensamento ocidental, frequentemente classificada entre os textos de maior importância.



Quando comecei a tratar da Cidade de Deus, julguei dever dar resposta a seus inimigos que, andando à caça de prazeres terrenos e apegando-se à coisas transitórias, qualquer coisa que padecem, advertindo-os Deus mais com misericórdia que castigando-os com severidade, a exprobrar [repreender] à religião cristã, única salutar e verdadeira. E porque, como se encontram entre eles o vulgo ignorante, cujo ódio mais se inflama contra nós, visto como se apoia na autoridade de seus sábios, e que se persuade de as coisas insólitas de nossos tempos se encontrarem precedente nos anteriores, e quem sabe ser isso falso, dissimulado quanto sabe, a fim de parecerem justas as censuras feitas a nós, tornou-se necessário demonstrar, com base nos livros que seus autores nos legaram para conhecimento da história dos tempos passados, haverem sido, por certo, muito diferentes do que pensam.

Sua apologética serve de inspiração até os dias de hoje, sua fé e razão interagem para que conheçamos o verdadeiro Deus em Jesus Cristo. Para ele a razão precede a fé no sentido de que deve haver uma mente racional e o conhecimento da verdade daquilo em que se deve crer para que criamos em alguma coisa. A compreensão sempre será a recompensa da fé, portanto não procure compreender para crer, mas crer para que possa compreender disse Agostinho. Nesse sentido, sendo o primeiro apologista a enunciar o princípio de crer para compreender por fé que busca compreensão, ele afirmava que tanto a fé quanto a razão são capacidades decorrentes da Graça de Deus.

Um aspecto central na apologética de Agostinho residia em sua assertiva de que os não-cristãos estavam desprovidos de conhecimento acerca de Deus, o qual poderia ser discernido na criação divina. A abordagem argumentativa, segundo a qual até mesmo os pagãos poderiam ser persuadidos a reconhecer a existência de um criador, constitui o que posteriormente os filósofos denominaram argumento cosmológico. Este raciocínio baseia-se na observação da mutabilidade das entidades no mundo, inferindo a partir desta a existência de um criador imutável e não criado de todas as coisas.



No século VII, o cristianismo absorveu o legado da cultura greco-romana e emergiu vitorioso em sua luta contra o paganismo. Durante a Idade Média, a igreja assumiu o papel de principal divulgadora da cultura ocidental, enquanto seus apologistas direcionavam seus esforços em três áreas distintas: as conversões judaicas, o desafio representado pelo Islã e a fundamentação racional da fé. Nesse contexto, destacam-se dois filósofos medievais por suas significativas contribuições à apologética, cujas obras ainda são objeto de leitura e debate contemporâneos: Anselmo e Tomás de Aquino.

Anselmo de Cantuária (1033-1109), Bispo de Cantuária, figura como um dos mais criativos e originais filósofos produzidos pela Igreja Cristã. Ele favoreceu a visão agostiniana da relação entre fé e razão, na qual a fé precede a razão ou o entendimento. Como ele afirmou famosamente: "Pois não busco entender para crer, mas creio para entender." Apesar de seus argumentos filosóficos frequentemente serem interpretados como provas racionalistas direcionadas a convencer ateus, para Anselmo, tais argumentos eram expressões da busca pelo entendimento por parte daquele que já cria. No entanto, ele de fato pretendia que pelo menos alguns de seus argumentos servissem como provas e respondessem aos incrédulos, confrontando-os com a verdade, como veremos.

O argumento ontológico de Anselmo destaca a existência de um ser supremo, argumentando que a noção de Deus como o ser de máxima grandeza é inevitável. Apesar de suas interpretações variarem amplamente, muitos o veem como uma prova racional da existência de Deus, enquanto outros o consideram uma explanação da necessidade divina. Além disso, em "Cur Deus Homo" (Por que Deus se fez homem?), Anselmo argumenta que apenas um ser divino poderia oferecer reparação infinita pelo pecado humano, reforçando a base racional da fé cristã. Ele buscava convencer os não crentes da razoabilidade da fé, embora enfatizasse que a fé verdadeira deve residir não em argumentos, mas em Deus. Anselmo via sua obra como uma forma de apologética, visando provar que a fé cristã tem fundamentos racionais sólidos.



No século XIII, a Europa cristã foi impactada pela redescoberta e disseminação das obras filosóficas de Aristóteles, bem como pelo forte impulso dado à cosmovisão aristotélica. Este período resultou em uma crise para o pensamento cristão nas universidades europeias, influenciada pela voz proeminente do exímio filósofo hispano-árabe Averróis. Enquanto alguns acadêmicos abraçavam o aristotelismo, o alto escalão da igreja o condenava. No entanto, foi Tomás de Aquino quem ofereceu uma resposta a esse desafio, uma resposta que alteraria significativamente o curso da filosofia e da apologética cristã.

Tomás de Aquino empreendeu a missão de enfrentar a ameaça representada pela cosmovisão greco-árabe, elaborando uma filosofia cristã que incorporasse as categorias aristotélicas e a lógica. Em sua obra "Summa contra gentiles", ele apresentou uma apologética direcionada principalmente ao averroísmo, termo aplicado aos professores universitários que adotavam a interpretação de Aristóteles conforme delineada pelo filósofo islâmico Averróis. Na perspectiva de Tomás, o pensamento de Aristóteles era considerado o ápice do conhecimento humano, apesar de suas teses incluírem proposições claramente antitéticas à doutrina cristã, como a eternidade do mundo e a negação da imortalidade da alma humana.

A visão de fé e razão de Tomás de Aquino é frequentemente contrastada de forma significativa com a de Agostinho, embora, além de diferenças semânticas e estruturais, suas perspectivas não estejam tão distantes uma da outra. De acordo com Tomás, é possível descobrir algumas verdades sobre Deus tanto pela razão quanto pela fé, enquanto outras só podem ser alcançadas pela fé. No entanto, mesmo as verdades que a razão permite descobrir são submetidas à fé, pois nossa razão é limitada, propensa ao erro, obscurecida pelo pecado e sempre incerta. Por outro lado, a fé é considerada perfeitamente confiável porque está fundamentada na revelação divina.

Tomás de Aquino é amplamente reconhecido por suas cinco vias, que constituem cinco argumentos para a existência de Deus. Estes argumentos foram objeto de intenso debate ao longo de mais de dois séculos. Mesmo Tomás não os enfatizava tanto, uma vez que ocupam apenas algumas páginas em suas obras. Para



ele, embora a existência de Deus seja algo que possa ser vagamente reconhecido por todos, a compreensão de Deus como Deus não é universalmente aceita. Sua existência pode ser inferida a partir da natureza do mundo, que é mutável, causado, contingente, sujeito a graus de perfeição e a uma ordem. Essas provas mostram que há um Deus, mas não provam diretamente a natureza de Deus. Para Tomás, a fé em Deus deve estar fundamentada em Sua revelação nas Escrituras e não em provas filosóficas.

Aquino com seu gênio para sistematização viu claramente o uso que poderia fazer dos princípios aristotélicos no intuito de alcançar uma síntese sistemática da filosofia e da teologia. Obviamente, a apropriação que fez do pensamento de Aristóteles era qualificada por seu compromisso cristão e mesmo quando emprega Aristóteles, ele permanece convicto de que a razão natural humana era completamente compatível com o ensino sagrado e útil para tornar coerente seus elementos particulares.

De acordo com Tomás de Aquino, a razão não apenas pode demonstrar a existência de Deus, mas também que Deus, como o primeiro Ser, possui uma existência particular em comparação com todos os outros seres. Deus não é apenas o ser máximo possível, mas também a fonte de todo ser contingente, incluindo as categorias pelas quais entendemos e conceituamos a ordem criada. Tomás acredita que Deus não pode ser plenamente compreendido por meio dessas categorias e que qualquer descrição que possamos ter de Deus, embora possa tomar a forma de uma declaração sujeito-predicado (por exemplo, "Deus é onipotente" ou "Deus é sábio"), não nos revela a essência de Deus.

2.3 HISTÓRIA DA APOLOGÉTICA NA REFORMA

O principal foco dos reformadores do século XVI era a doutrina da salvação. Eles viam o aristotelismo dos escolásticos, teólogos medievais cujos ensinamentos influenciaram a Igreja Católica Romana do século XVI, como responsável pela confusão e distorção do evangelho da salvação pela fé em Jesus Cristo. Além disso, o Renascimento foi marcado pela forte admiração pela antiguidade pagã,



especialmente por Platão e o neoplatonismo. Isso resultou em uma corrupção ainda maior da mensagem cristã, conhecida como humanismo. Inicialmente, o humanismo era uma abordagem predominantemente intelectual da literatura e do conhecimento, priorizando o estudo dos clássicos e da Bíblia em vez dos comentários medievais. No entanto, no século XVI, o humanismo católico passou a ser caracterizado por uma filosofia centrada no homem, que enfatizava a dignidade humana e a liberdade às custas dos ensinamentos bíblicos sobre o pecado e a graça.

A doutrina da justificação pela fé em Jesus Cristo foi o cerne do ministério de Martinho Lutero, um monge agostiniano cujas 95 teses desencadearam a Reforma ao protestar contra os abusos legalistas da igreja. Para Lutero, a razão, especialmente como empregada na teologia medieval, havia obscurecido o evangelho da justificação. Portanto, ele ressaltava os limites da razão e rejeitava o método teológico tradicional que recorria à lógica e à filosofia para explicar e defender a fé cristã. Segundo Lutero, uma pessoa não cristã pode ter um conhecimento geral sobre Deus por meio da razão, reconhecendo a existência de um Deus bom e poderoso. No entanto, a razão é incapaz de conduzi-lo ao conhecimento do verdadeiro Deus ou de como ser justificado diante Dele. Esse conhecimento específico está disponível apenas no evangelho e só pode ser apropriado pela fé. Lutero argumentava que a razão não apenas não auxilia na obtenção de um conhecimento salvífico de Deus, mas também é, na verdade, inimiga da fé.

Lutero e Calvino foram figuras centrais na Reforma Protestante. Enquanto Lutero enfatizava a justificação pela fé e criticava a razão obscurecida pelo pecado, Calvino sustentava que a fé é sempre racional, apesar da cegueira espiritual. Ambos contestaram a Igreja Católica Romana e defendiam a autoridade das Escrituras como revelação divina. Enquanto Lutero argumentava contra o legalismo da igreja, Calvino destacava a importância do Espírito Santo na compreensão das Escrituras. Suas obras continuam influentes na teologia cristã até os dias de hoje.

2.4 HISTÓRIA DA APOLOGÉTICA PÓS- REFORMA

No período subsequente à Reforma Protestante, a maior parte dos europeus considerava o Cristianismo como uma parte natural de suas vidas, e os principais



debates religiosos eram predominantemente disputas internas dentro do Cristianismo sobre a interpretação de doutrinas essenciais específicas da fé. Tanto católicos quanto protestantes desempenharam papéis significativos na definição da identidade protestante. No entanto, o século XVII testemunhou o surgimento do ceticismo religioso, que questionava a veracidade da fé cristã. Esse ceticismo deu origem a novas formulações apologéticas. Alguns apologistas responderam às críticas racionalistas à doutrina cristã adotando um ceticismo próprio em relação à confiabilidade da razão humana, defendendo uma abordagem religiosa que enfatiza a fé como uma resposta do coração. Por outro lado, outros apologistas aceitaram o desafio racionalista e buscaram respondê-lo, argumentando que o cristianismo era tão racional quanto às conclusões da ciência moderna.

Em sua obra clássica, "Pensées", o matemático católico e apologista francês Blaise Pascal (1623-1662) rejeitou o argumento racional tradicional para a existência de Deus, privilegiando os aspectos pessoais e relacionais inerentes à aceitação da fé em Jesus Cristo pelo não-cristão. Pascal observou que algumas verdades claras para um grupo de pessoas podem ser obscuras ou duvidosas para outro grupo, sendo um dos primeiros apologistas a destacar a necessidade de a apologética considerar as diferenças individuais. Aqueles que defendem a fé cristã devem procurar demonstrar que ela não é irracional, mas sim uma boa notícia se for verdadeira, e que, de fato, é possível provar sua veracidade. Pascal buscou estabelecer um equilíbrio entre os extremos, não querendo abandonar completamente a razão, mas também não querendo exagerar sua importância ou valor para o conhecimento de Cristo. Ele argumentou que Deus forneceu evidências suficientes da verdade do cristianismo, de modo que aqueles que desejam conhecer a verdade podem encontrá-la, enquanto aqueles que não se importam ou não desejam crer não serão compelidos à fé por meio de evidências. Pascal estava especialmente preocupado com aqueles que não refletiam seriamente sobre o assunto, instando-os a considerar que, se o cristianismo fosse verdadeiro e eles não cresseem, estariam incorrendo em um sério risco.

Apesar da eloquência e profundidade dos "Pensamentos" de Pascal, sua abordagem na defesa da fé provavelmente teria um alcance limitado. Durante o



século XVII, a ciência natural, liderada por figuras como Galileu e Newton, avançou significativamente e transformou nossa compreensão do mundo.

Conseqüentemente, a maioria dos apologistas nos séculos seguintes viu a apologética como uma tentativa de demonstrar a credibilidade científica da fé cristã. Em geral, a apologética concentrou-se na busca por evidências empíricas, científicas ou históricas em apoio ao cristianismo. John Locke (1632-1704), filósofo britânico e um dos precursores do empirismo, foi fundamental no desenvolvimento desse enfoque empírico

A obra apologética clássica em uma perspectiva empírica é "A Analogia, Natural e Revelada, para a Constituição e Curso da Natureza" (1736), escrita por Joseph Butler, um bispo anglicano. Butler buscou refutar objeções à fé cristã ortodoxa levantadas por deístas, os quais favoreciam uma religião natural pura que, em princípio, estava acessível a todas as pessoas, em todas as épocas e lugares, e que poderia ser provada pela razão. Com base nisso, questionaram inicialmente e depois refutaram a ideia de uma religião revelada que não pudesse ser provada racionalmente e que fosse conhecida apenas daqueles que haviam recebido a revelação.

Butler argumentou que as dificuldades intelectuais enfrentadas pelos deístas ao aceitar a revelação cristã têm paralelos com nosso conhecimento do mundo natural. Ao fazer essa defesa, ele partia do pressuposto de que Deus existe, uma vez que os deístas concordavam com esse ponto. O uso de analogias por parte de Butler não visava provar a existência de Deus ou a verdade do cristianismo, mas sim demonstrar que não era irracional acreditar na revelação cristã. Essa era a principal preocupação ao longo de quase todo o livro de Butler. Somente em um capítulo final ele examinou as evidências conclusivas em favor da veracidade do cristianismo. Ao longo da obra, Butler adotou uma abordagem empírica, fundamentada em fatos e evidências, e suas conclusões foram expressas em termos de probabilidade. Ao assumir essa posição, ele procurou atender aos deístas em seu próprio terreno e argumentou que a fé cristã não precisava ser baseada no tipo de argumento probabilístico que ele estava apresentando.



2.5 ASCENSÃO DA APOLOGÉTICA NA ERA MODERNA

A produção apologética de Butler em "The Analogy of Religion" foi amplamente percebida como uma resposta vigorosa ao movimento da religião natural dos deístas. No entanto, com a chegada do Iluminismo, a apologética cristã viu-se compelida a se reinventar. O ceticismo filosófico do renomado pensador escocês David Hume (1711-1776) desempenhou um papel crucial nesse contexto, preparando o terreno para um movimento que rejeitava categoricamente todas as alegações de revelação divina e qualquer forma de religião natural ou teologia natural, advogando, em vez disso, a primazia da razão humana. Hume logrou persuadir uma ampla gama de intelectuais de que argumentos apologéticos cristãos, tais como o argumento teleológico, o argumento dos milagres e outros, eram intrinsecamente falaciosos. Immanuel Kant (1724-1804), proeminente filósofo alemão, cuja filiação ao chamado "despertar do sono dogmático" é creditada à influência dos escritos de Hume, também lançou críticas contundentes aos argumentos cosmológico e ontológico para a existência de Deus.

As sucessivas investidas contra o cristianismo desafiaram os cristãos ortodoxos a desenvolverem respostas apologéticas, as quais variaram conforme as convicções teológicas e a orientação filosófica do apologista, bem como em resposta ao conteúdo específico das objeções levantadas pelos descrentes. Um dos primeiros a se posicionar frente ao ceticismo de Hume foi William Paley (1743-1805). Paley sistematizou os argumentos evidencialistas de sua época em duas obras notáveis: "A View of the Evidences of Christianity" (Uma Perspectiva das Evidências do Cristianismo) e "Natural Theology" (Teologia Natural). Esta última representou uma apresentação clássica do argumento teleológico, no qual Paley habilmente apresentou diversos exemplos - sendo o mais célebre deles o da analogia do relógio encontrado no deserto, o qual pressupõe a existência de um Criador inteligente - além de argumentos referentes ao design e ao valor probatório dos milagres. Contudo, a força de sua apologia foi consideravelmente enfraquecida com o surgimento da biologia evolucionária no final do século XIX. A obra "A Origem das



Espécies" (1859), de Charles Darwin, ofereceu uma explicação naturalista para a ordem e a diversidade da vida, levando muitos no Ocidente a questionarem sua crença em um Deus Criador. Paley também empreendeu a defesa da confiabilidade dos escritos do Novo Testamento.

Thomas Reid (1710-1796), um calvinista escocês contemporâneo de Paley, desenvolveu uma filosofia posteriormente reconhecida como o realismo escocês do senso comum. Sua filosofia, assim como a de Paley, foi amplamente uma resposta ao compatriota Hume. Enquanto Hume abordava o ceticismo não apenas os milagres e a existência de Deus, mas também a relação de causa e efeito e os conceitos de certo e errado objetivos, Reid sustentava que nosso conhecimento de todas essas questões era simplesmente uma questão de senso comum. Ele argumentava que os filósofos que questionavam essas noções estavam deixando que a teoria obscurecesse o óbvio. Para Reid, nosso entendimento de causa e efeito, assim como do certo e errado, é inato e constitui um aspecto incorrigível de nossa condição como seres criados por Deus, independentemente de acreditarmos ou não em Sua existência.

A epistemologia de Reid exerceu uma influência preponderante no Seminário Teológico de Princeton durante o século XIX e início do século XX. Os chamados "veteranos de Princeton" sustentavam que era possível defender a veracidade da revelação cristã com base nos pressupostos do "senso comum" acerca da natureza da verdade, da razão, da moralidade e do mundo. Charles Hodge (1797-1878), o renomado teólogo calvinista de Velha Princeton, argumentava que, embora a razão devesse se submeter à revelação divina na Escritura, era imperativo primeiro discernir se a própria Escritura era de fato uma revelação de Deus. Portanto, ele defendia a utilização da razão e do "senso comum" pelo não cristão para avaliar as evidências - como milagres e profecias cumpridas - a favor do cristianismo. Hodge também afirmava a validade da maioria dos argumentos tradicionais em favor da existência de Deus, um dos últimos professores de Princeton antes da reorganização do seminário e sua transição para a teologia liberal, continuou o enfoque apologético de Hodge. O objetivo da apologética de Warfield era contrapor-se ao liberalismo, que caracterizava um cristianismo esvaziado do sobrenatural: primeiro, um cristianismo que negava a



Deus e, segundo, um cristianismo que, na verdade, não era cristianismo de forma alguma.

No contexto intelectual da Europa do século XIX, os esforços dos pensadores cristãos para defender a fé cristã estavam amplamente direcionados a refutar as filosofias de Kant e do filósofo alemão Hegel. Na Dinamarca, Søren Kierkegaard (1818-1855), conhecido como o "dinamarquês melancólico", criticou vigorosamente a ortodoxia confessional luterana friamente dogmática e o sistema filosófico abstrato de Hegel. Kierkegaard exortava os cristãos a abandonarem uma fé meramente intelectual e a abraçarem, de forma apaixonada e pessoal, a jornada espiritual em Cristo. Em obras como "Fragmentos Filosóficos" e "Pós-escrito Definitivo e Não-Científico", ele rejeitou as provas teístas e os argumentos tradicionais da divindade de Cristo, argumentando que tentar abordar racionalmente o cristianismo contradiz o paradoxo fundamental da encarnação divina em Jesus Cristo.

Pouco depois, o teólogo escocês James Orr (1844-1913) enfrentou o desafio imposto pelo Iluminismo. Ele foi um dos primeiros apologetas a conceber o cristianismo como uma cosmovisão abrangente, argumentando que o conjunto de evidências coletadas de diversas fontes sustenta a visão cristã de Deus e do mundo. Enquanto isso, na Holanda, um contemporâneo de Orr, o teólogo e político calvinista Abraham Kuyper (1837-1920), introduziu o conceito de antítese. Segundo Kuyper, existe uma antítese fundamental entre os dois conjuntos de princípios aos quais os cristãos e os não cristãos estão intrinsecamente comprometidos (por exemplo, a soberania de Deus versus a autonomia do homem). Em resumo, cristãos e não cristãos não podem chegar a um consenso completo sobre questões de princípios fundamentais. O não cristão é incapaz de verificar ou testar a revelação divina na Escritura, pois, uma vez que a Escritura é considerada a Palavra de Deus, seus ensinamentos devem ser aceitos como princípios primordiais ou então rejeitados por completo. Portanto, o cristianismo não pode ser comprovado para o não cristão com base em argumentos filosóficos ou evidências históricas, pois estes pressupõem princípios cristãos. Não existe terreno comum ou neutro entre o cristão e o não cristão. Assim, tornou-se necessário abandonar a abordagem apologética tradicional.



Em vez disso, o apologeta cristão deve, por um lado, expor as raízes anticristãs de todo pensamento não cristão e, por outro lado, ilustrar a verdade do cristianismo ao mundo por meio da reconstrução da sociedade de acordo com os princípios bíblicos.

As ideias pioneiras de Kuyper foram reinterpretadas e deram origem a uma filosofia elaborada por outros pensadores, sendo Herman Dooyeweerd (1894-1977) o mais proeminente entre eles. Segundo Dooyeweerd, a apologética tradicional, notadamente a de Tomás de Aquino, estava fundamentada em um dualismo não bíblico entre natureza e graça, que separava o que podia ser conhecido pelo não cristão por meio da razão e da natureza, e o que só poderia ser conhecido pela revelação divina mediante a fé. A missão da filosofia cristã, portanto, é validar a cosmovisão cristã enquanto revela a inadequação de todas as outras cosmovisões no que concerne a fornecer um fundamento sólido para o conhecimento e a ética.

Outro pensador cristão influenciado por Kuyper foi Cornelius Van Til (1895-1987), renomado professor de apologética no Seminário Teológico de Westminster. A abordagem de Van Til representou essencialmente uma síntese inovadora das perspectivas filosóficas e apologéticas da antiga Princeton e de Kuyper. Ele adotou a visão realista do senso comum da antiga Princeton, que afirmava que a percepção de significado, a lógica e os valores morais eram garantidos pela criação divina tanto de nós quanto do mundo. Concordava também com a ideia da antítese de Kuyper, segundo a qual há uma distinção radical entre as cosmovisões cristã e não cristã. Enquanto a antiga Princeton defendia que os cristãos poderiam apelar para pressupostos compartilhados na argumentação apologética, Van Til argumentava que os não cristãos suprimem esses pressupostos de forma a inviabilizar qualquer argumento que deles dependa.

Para Van Til, o principal equívoco da apologética tradicional residia na dependência de argumentos racionalistas que tentavam estabelecer a probabilidade das verdades do cristianismo. Ele argumentava que tais abordagens, presentes desde a apologética de Butler, minavam a certeza da fé e a autoridade absoluta das Escrituras como a palavra divina. Em contraste, Van Til advogava pela abordagem pressuposicional (pressuposicionalista), que se baseia na fundamentação de



pressupostos. Esse método pressuposicional envolve dois estágios: primeiro, demonstrar a incapacidade dos sistemas de pensamento não cristãos em explicar a racionalidade e a moralidade, resultando em um irracionalismo latente; segundo, endossar a perspectiva cristã como única capaz de fornecer uma base adequada para o pensamento e a vida. Para Van Til, essa abordagem pressuposicionalista representa o único método apologético legítimo.

Enquanto Van Til propagava a abordagem pressuposicionalista da apologética reformada na Filadélfia, do outro lado do Atlântico, o apologeta cristão mais proeminente do século XX conduzia palestras radiofônicas na Grã-Bretanha e produzia obras literárias. C. S. Lewis, um erudito em literatura medieval convertido ao cristianismo na maturidade, destacou-se por suas obras apologéticas, incluindo "O Problema do Sofrimento", "Cartas de um Diabo a seu Aprendiz", "Milagres" e "Cristianismo Puro e Simples". Lewis argumentava que o cristianismo era fundamentado em evidências racionais, e que, uma vez adotada a fé, a verdadeira postura consistia em crer apesar das aparentes contradições, como o sofrimento e as perdas pessoais. Seu famoso "trilema" colocava Jesus como Senhor, forçando a escolha entre aceitá-lo, considerá-lo um mentiroso ou um lunático. A influência de Lewis sobre a apologética cristã é notável, com apologistas contemporâneos como o filósofo católico romano Peter Kreeft, cuja abordagem evangelística e filosofia devem muito à perspectiva de Lewis.

Karl Barth, teólogo suíço contemporâneo de C. S. Lewis, apresentou uma visão radicalmente distinta da apologética. Enquanto Lewis transitou do ceticismo ao cristianismo anglicano, Barth fez a transição do liberalismo teológico alemão para uma fé centrada em Cristo de forma radical. Incapaz de aceitar o liberalismo teológico e resistente a retornar à ortodoxia conservadora pré-moderna, Barth defendeu a reconstrução da teologia cristã sob um novo paradigma. Sua declaração central enfatizava que Deus se revela exclusivamente em Jesus Cristo. Nesse sentido, rejeitou tanto o liberalismo, que buscava encontrar Deus nos sentimentos morais e espirituais humanos, quanto o fundamentalismo, que, segundo Barth, equivocadamente, considerava a Bíblia um fim em si mesma, em vez de um meio para conhecer a Deus



em Cristo. Além disso, Barth descartou a teologia natural, que procurava demonstrar a existência de Deus na natureza, pelo mesmo motivo.

Os evangélicos conservadores, em sua maioria, rejeitaram a abordagem teológica de Barth e discordaram de sua avaliação negativa da apologética. No entanto, dentro dos círculos evangélicos, surgiram indivíduos que, embora discordassem da crença na inerrância bíblica, mantiveram uma visão evangélica de Cristo e da salvação. Esses indivíduos demonstraram uma apreciação por Barth, mesmo discordando de algumas de suas posições. Destacam-se nesse sentido Bernard Ramm e Donald Bloesch. Ramm, cujos manuais de apologética foram amplamente utilizados nos círculos evangélicos nas décadas de 1960 e 1970, argumentou na década de 1980 que a teologia de Barth, embora necessitasse de correção, oferecia um paradigma para evitar os extremos do liberalismo e do fundamentalismo. Por sua vez, Bloesch, um teólogo sistemático, concordou com as críticas de Barth à apologética tradicional, mas adotou uma postura mais crítica em relação à sua teologia.

Na segunda metade do século 20, proliferaram as apologéticas conservadoras, especialmente marcadas pelos debates em torno do pressuposicionalismo de Van Til. Durante os anos 1950, três apologetas americanos propuseram respostas distintas ao desafio colocado por Van Til à apologética tradicional. O primeiro deles foi Gordon H. Clark (1902-1985), filósofo reformado cuja ênfase na lógica dedutiva o levou a um debate acalorado com Van Til, o que resultou na divisão do movimento pressuposicionalista. Clark defendia que as leis da lógica e as proposições da Escritura constituíam a única base confiável para o conhecimento. Seu principal discípulo foi Carl F. H. Henry (1913-2003), figura proeminente do novo evangelicalismo representado por instituições como o Fuller Theological Seminary e a revista Christianity Today.

O segundo grande apologeta dos anos 1950 foi Edward John Carnell (1919-1967), também um representante do novo evangelicalismo. Carnell ocupou o cargo de reitor do Seminário Fuller durante grande parte da década de 1950. Seus escritos introduziram uma abordagem semipressuposicionalista da apologética, na



qual o cristianismo era tratado como uma hipótese a ser investigada. Ele argumentava que o cristianismo era o único sistema coerente e praticável. Assim como os pressuposicionalistas, Carnell rejeitava as provas tradicionais da existência de Deus, mas divergia deles ao insistir que, nessas provas, os argumentos apoloéticos deveriam basear-se em probabilidades. Carnell influenciou uma geração de alunos, muitos dos quais se tornaram destacados apoloetas. Um exemplo é Gordon Lewis, que defendeu uma abordagem apoloética carnelliana em seu livro "Testing Christianity's Truth Claims" (Testando as Declarações de Verdade do Cristianismo).

O terceiro grande apoloeta a surgir nos anos 1950 foi Stuart Hackett. Ao contrário dos apoloetas mencionados até agora, Hackett não era calvinista, mas sim teísta. Ele advogava pela "ressurreição do teísmo" como um sistema filosófico racional, e até mesmo escreveu um livro com esse título. Defendia as provas teístas tradicionais e ofereceu uma das primeiras críticas detalhadas a Van Til. Enquanto Dooyeweerd, Van Til, Clark, Carnell e muitos outros apoloetas concordavam que as críticas de Hume e Kant às provas teístas tradicionais e à apoloética evidencialista eram válidas, Hackett discordava veementemente, propondo uma crítica direta às objeções do kantismo.

William Lane Craig, discípulo de Hackett, contribuiu significativamente para a apoloética com uma série de obras importantes, nas quais evoluiu de uma posição inicialmente semelhante à de Hackett para uma abordagem mais eclética. Seus escritos são equilibrados entre defesas elaboradas da existência de Deus, fundamentadas principalmente em formas filosóficas e científicas do argumento cosmológico, e argumentos igualmente elaborados de natureza histórica e teológica para a ressurreição de Jesus Cristo. Embora seu enfoque mantenha certas semelhanças com o evidencialismo, sua abordagem apoloética se encaixa melhor na tradição clássica.

Em 1971, foi publicado "Jerusalem and Athens" (Jerusalém e Atenas), um volume de ensaios em homenagem a Van Til. Este livro incluía vários ensaios críticos aos quais Van Til respondeu. A partir dessa publicação, o pressuposicionalismo de Van Til começou a ser compreendido e defendido de pelo menos duas maneiras



diferentes. A primeira delas, que pode ser denominada interpretação transcendental, foi articulada especialmente por Robert D. Knudsen (1924-2000), ex-aluno de Van Til que se tornou seu colega em Westminster, onde ensinou apologética até 1995. Segundo Knudsen, a apologética de Van Til é mais bem compreendida sob o aspecto transcendental, ou seja, uma apologética que apresenta o cristianismo como a única posição capaz de oferecer uma exposição apropriada da possibilidade de verdade, razão, valor e existência humana. Para Knudsen, a apologética de Van Til era essencialmente kuyperiana, portanto Van Til deveria ser considerado um membro da escola filosófica calvinista, juntamente com Dooyeweerd e outros pensadores reformados.

A segunda interpretação do pensamento de Van Til teve origem em John M. Frame, um aluno de Van Til que se tornou professor de apologética em um campus análogo ao de Westminster, na Califórnia. Frame formulou uma teoria epistemológica que chamou de perspectivismo, a qual procurava integrar os aspectos racionais, empíricos e existenciais (ou pessoais) do conhecimento humano. Em seu livro de 1987, "The Doctrine of the Knowledge of God" (A Doutrina do Conhecimento de Deus), Frame apresentou o perspectivismo como um refinamento sistemático da posição de Van Til, conferindo uma avaliação mais positiva às evidências lógicas e factuais, ao mesmo tempo que permanecia fiel à visão de Van Til de uma apologética totalmente reformada e pressuposicional. Frame também aplicou o perspectivismo à ética, enquanto seu colega, Vern S. Poythress, professor de Novo Testamento em Westminster, na Filadélfia, aplicou o perspectivismo à teologia sistemática e à hermenêutica.

Nos anos 1970, um dos críticos mais proeminentes de Van Til foi John Warwick Montgomery, um apologeta luterano que participou de uma edição satírica de "Jerusalem and Athens" intitulada "Once upon an a priori" (Era uma vez um a priori), na qual a posição de Van Til foi caracterizada como um abandono de todo argumento racional da fé cristã. Inspirado especialmente no estudioso do campo jurídico e também apologeta Simon Greenleaf, Montgomery defendeu uma abordagem "evidencialista" de base empírica na apologética, que se concentrou no argumento



histórico da ressurreição de Jesus, apoiado por princípios de evidência legal. Os evidencialistas da escola de pensamento de Montgomery atribuíam mais peso às evidências científicas, como no caso da criação, do que aos argumentos filosóficos para a existência de Deus. Atualmente, muitos apologetas se concentram na direção do "evidencial", embora nem todos subscrevam necessariamente uma teoria totalmente evidencialista da apologética. Entre esses apologetas evidencialistas, encontramos J. P. Moreland, que contribuiu significativamente para o desenvolvimento da filosofia cristã da ciência, além de defender a confiabilidade histórica dos Evangelhos. Outro evangélico defensor de uma apologética baseada em evidências que criticou Van Til em "Jerusalem and Athens" foi Clark Pinnock. Nos anos 1980 e 1990, Pinnock, assim como Bernard Ramm, se distanciou da posição conservadora anterior, discordando da inerrância bíblica e questionando outros aspectos da teologia evangélica.

Norman Geisler, um estudioso evangélico, emergiu como um crítico proeminente de Van Til, defendendo uma abordagem apologética baseada principalmente no pensamento de Tomás de Aquino. Embora vários teólogos católicos romanos, como Étienne Gilson e Jacques Maritain, tenham promovido uma estratégia tomista em apologética e teologia, Geisler foi um dos poucos protestantes evangélicos contemporâneos a adotar essa defesa. Seu enfoque apologético abrange três estágios cruciais de argumentação. Em primeiro lugar, ele desafia várias teorias restritas do conhecimento que buscam fundamentar todo o conhecimento exclusivamente na razão, nos fatos empíricos ou na experiência, demonstrando sua inadequação. Em vez dessas epistemologias limitadas, Geisler defende os princípios da não afirmação (tudo o que não pode ser afirmado de forma coerente é falso) e da não negação (tudo o que não pode ser negado de forma coerente é verdadeiro) como meios confiáveis e apropriados de testar a verdade. Em segundo lugar, Geisler examina todas as principais cosmovisões (ateísmo, panteísmo, entre outras) e busca demonstrar que apenas o teísmo (a cosmovisão monoteísta comum ao judaísmo, islamismo e cristianismo) passa no teste da verdade. Um aspecto crucial dessa segunda etapa é a versão reconstruída do argumento cosmológico tomista. Em



terceiro lugar, Geisler recorre à probabilidade para argumentar que o cristianismo representa a forma verdadeira do teísmo. Nesse ponto, seu argumento se concentra na ressurreição de Jesus Cristo e na confiabilidade histórica dos textos bíblicos. As obras de Geisler contribuíram significativamente para a apologética evangélica e são reconhecidas por sua influência e reputação, mesmo entre aqueles que não subscrevem à metodologia tomista.

Francis Schaeffer, um apologeta que escreveu durante o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, compartilhava com Van Til a ênfase na necessidade de desafiar os pressupostos não cristãos, especialmente o relativismo que se tornou dominante na cultura ocidental durante os turbulentos anos 1960. Assim como Van Til, Schaeffer criticava os argumentos apologeticos baseados em probabilidades em vez de certezas. No entanto, ele convidava não cristãos a testarem as declarações do cristianismo e verificarem se elas eram coerentes e podiam ser vividas, tornando sua abordagem apologética, em alguns aspectos, mais semelhante à de Carnell do que à de Van Til.

Nesse mesmo período, o filósofo reformado Alvin Plantinga publicou "God and Other Minds" (Deus e outras mentes). Em seus livros, Plantinga abriu caminho para o desenvolvimento de uma escola de pensamento conhecida como "nova epistemologia reformada", que não foi influenciada positiva ou negativamente por Van Til. Plantinga argumentava que a fé em Deus era racionalmente justificável mesmo que o crente não pudesse oferecer evidências para ela, da mesma forma que agimos racionalmente ao acreditar em outras coisas, como a existência de outras mentes, mesmo que não possamos prová-las.

A nova epistemologia reformada preocupa-se em justificar a fé em vez de desafiar a descrença, mas guarda algumas afinidades com o pressuposicionalismo, especialmente em sua rejeição do evidencialismo, que sustenta que as crenças são racionais somente se forem justificadas pelo recurso à evidência. A escola ganhou destaque em 1983 com a publicação de "Faith and Rationality" (Fé e Racionalidade), organizado por Plantinga e Wolterstorff. A nova epistemologia reformada e o pressuposicionalismo são as duas principais variantes da apologética reformada hoje.



Durante as duas últimas décadas do século 20, muitos apologistas tentaram integrar a perspectiva subjetiva e existencial proposta por Kierkegaard a uma apologética essencialmente tradicional. C. Stephen Evans, um filósofo cristão, se destaca entre esses. Outros apologistas argumentaram explicitamente a favor da utilidade de uma série de métodos apologéticos em encontros com pessoas de crenças e temperamentos distintos. Um exemplo recente é David K. Clark, cujo livro "Dialogical Apologetics" (Apologética Dialógica) defendeu "uma abordagem centrada na pessoa para a apologética em oposição ao que ele vê como abordagens conflitantes voltadas para conteúdos". Essa abordagem reconhece a importância de considerar o contexto e as necessidades individuais das pessoas ao compartilhar a fé cristã, em vez de simplesmente apresentar argumentos teológicos.

É interessante ver como o debate sobre métodos apologéticos evoluiu ao longo do tempo e como diferentes correntes de pensamento continuam a influenciar essa discussão nos dias de hoje. Enquanto alguns argumentam que a era da apologética está acabando devido à mudança de paradigmas no pensamento contemporâneo, outros afirmam que ela ainda tem relevância, embora precise se adaptar aos desafios colocados pelo pós-modernismo. A diversidade de enfoques na apologética reflete a complexidade do contexto cultural e intelectual em que estamos inseridos. À medida que exploramos essas diferentes abordagens, podemos desenvolver uma compreensão mais profunda das questões que estão em jogo e das estratégias que podem ser mais eficazes em comunicar a fé cristã de maneira relevante e convincente para as pessoas de hoje.

2.6 QUATRO PERSPECTIVAS DE SISTEMAS APOLOGÉTICOS

Historicamente, os apologetas cristãos têm enfrentado desafios provenientes de diversas origens e períodos. Até o século XX, poucos autores abordavam de maneira significativa a questão do método apologético. A ciência apologética foi gradualmente integrada à epistemologia do conhecimento religioso, um fenômeno que pode ser explicado pela crise epistemológica que o pensamento moderno



atravessa desde Kant com sua teoria do conhecimento, também conhecida como filosofia transcendental ou Idealismo transcendental, demonstra que, embora o conhecimento se origine da experiência, essa nunca ocorre de forma neutra. Isso ocorre porque a experiência é moldada pelas formas a priori da sensibilidade e do entendimento, que são características inerentes à cognição humana em três perguntas: Que posso saber? Que devo fazer? Que me é dado esperar? Estas perguntas são complexas para as pretensões do saber religioso. Por isso, a apologética cristã viu-se obrigada a lidar com elas.

Diante dessas questões, os pressupostos mais fundamentais que diferenciam-se dentro dos sistemas formulados pela cosmovisão cristã moderna são de caráter epistemológico. Desta forma podemos distinguir quatro sistemas apologéticos básicos: apologética clássica, evidencialista, apologética reformada e fideísta. É importante lembrar que essas categorias ou tipos de apologética poderão apresentar outras nomenclaturas.

A apologética clássica, conforme estamos usando neste trabalho, refere-se a critérios bem específicos, perpassando pelos recursos da lógica, como a lei da não contradição (uma proposição não pode ser verdadeira e faça o mesmo tempo e no mesmo sentido), consistência interna dos argumentos (ausência de contradições ou conflitos lógicos dentro do próprio argumento) e coerência (envolve consistência lógica entre as partes ou componentes que inclui as premissas e conclusão de um argumento). É importante ressaltar na apologética clássica, embora a mesma privilegia a racionalidade de modo geral e a razão dedutiva, em particular a mesma não deve ser confundida com a tradição filosófica moderna conhecida como racionalismo que faz da mente racional fonte exclusiva do conhecimento. Entenda-se que a perspectiva mais racional da apologética rejeita esse tipo de racionalismo.

O evidencialismo propõe-se a fundamentar a fé cristã de maneira primordial e básica em fatos verificáveis. Frequentemente, o evidencialismo traça paralelos entre o método científico de testes e teorias e a verificação teológica. Essa abordagem sustenta que é possível estabelecer um elevado grau de probabilidade em favor do cristianismo, conferindo-lhe uma credibilidade comparável à observada na



confirmação das leis científicas. Embora a evidência não constitua necessariamente prova definitiva, ela é considerada suficiente para responder a objeções e demonstrar que a fé cristã não é irracional proporcionando assim um compartilhar mais amplo da mesma. No mundo moderno, muitas pessoas necessitam que sua crença em Deus seja fundamentada e tornada provável por meio de evidências observáveis e públicas. Um excelente exemplo disso é o Argumento Cosmológico Kalam, que busca demonstrar a existência de uma Razão Suficiente ou Primeira Causa para a existência do cosmos. Esta questão será elucidada mais detalhadamente na Apologética Contemporânea de William Lane Craig, que explora e defende esse argumento de forma robusta e persuasiva.

A apologética evidencialista, talvez contrariando o que é exposto, não visa necessariamente provar, mas trazer respostas substanciais às objeções para mostrar que a fé no cristianismo não é irracional. Iniciando suas declarações com a defesa do teísmo, ou seja, a crença na existência de um Deus criador, para, em seguida, sustentar o cristianismo em seus desdobramentos práticos na vida das pessoas.

A apologética Reformada propõe como fundamentos o fato e a verdade da fé cristã em vez de tentar provar ou defender a fé com base na razão ou no fato. As perspectivas empíricas racionais da verdade religiosa estão fadadas ao fracasso pela insuficiência moral da mente humana degradada pelo pecado. Faz críticas às abordagens que pressupõem autossuficiência do ser humano, porque o julga capaz de recorrer a razão e a interpretação dos fatos independentemente da revelação divina. Desta forma, os sistemas apologéticos que têm suas raízes na razão e nas evidências seriam inapropriados para a defesa da fé, onde somente um apologeta alicerçado na soberania de Deus é capaz de refutar questões que se opõem ao cristianismo.

É importante ressaltar a apologética de viés fideísta, que pode ser (e tem sido) definida de várias maneiras. O termo deriva do latim fide, isto é, "fé", e tem sido usado de forma pejorativa para descrever a posição segundo a qual devemos "crer apenas" em Deus ou Cristo à parte de qualquer raciocínio ou evidência. Alguns críticos alegam que a apologética reformada é fideísta nesse sentido, mas, conforme



veremos, essa caracterização está equivocada. De modo geral, o fideísmo sustenta que o conhecimento humano da verdade (incluindo-se aí, em especial, a verdade religiosa) é, no fundo, uma questão pessoal do coração ou da vontade, e não do intelecto. A experiência pessoal e existencial de Deus não pode estar fundamentada na análise racional ou em evidências científicas e históricas, uma vez que é uma questão do coração. O fideísta destaca, com frequência, a dimensão paradoxal e de encontro pessoal da verdade cristã. Ele privilegia o transcendente e o Deus absconditus (escondido), e rejeita a teologia natural e as provas teístas.

Tabela 1 – Apologética – Quatro Perspectivas

APOLOGÉTICA: QUATRO PERSPECTIVAS			
Clássica	Evidencialista	Reformada	Fideísta
Racional	Empírica	Dogmática	Intuitiva
Tomás de Aquino	Joseph Butler	João Calvino	Martinho Lutero
Norman Geisler	William Lane Craig	Cornelius Van Til	Søren Kierkegaard
Ponto forte: reconhece a existência de um território comum com o não cristão.	Ponto forte: usa métodos de investigação que atrai com frequências não cristãs enfatizando a importância da existência factual para o cristianismo	Ponto forte: apresenta forte desafio racional a descrença	Ponto forte: leva a sério as limitações da razão e do conhecimento humano.
Ponto Fraco: super estilo papel da razão como critério da verdade	Ponto Fraco: não propicia o contexto de visão de mundo necessário a avaliação da probabilidade. Diminuindo o papel dos fatores pessoais que afetam a compreensão dos fatos.	Ponto Fraco: pressupõe uma forma dogmática restrita de calvinismo. Subestima o valor do argumento empírico na apologética. Limita o apologeta a uma abordagem restritiva e abstrata.	Ponto Fraco: subestima o papel da razão e do conhecimento na fé.

Fonte: Elaborado pelos autores.



REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. T. de. A encarnação de Cristo: mistério e modelo da missão. Kerygma, Engenheiro coelho (SP), v. 12, n. 1, p. 9–36, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.unasp.edu.br/kerygma/article/view/860>. Acesso em: 1 abr. 2024.

ANSELMO. Monológia. São Paulo: Cultural, 1973, p.107

ATHAYDE, Emmanuel Roberto Leal de. Teologia no Proslogion de Anselmo de Cantuária. 2011.

AGOSTINHO. Cidade de Deus. Vol. e II. São Paulo: Federação Agostiniana Brasileira, Vozes, 2009. p. 149

AMES, Cecilia. Religión romana y cristianismo: La mirada de Tertuliano en Apologeticum y Ad nationes. Circe de clásicos y modernos, n. 10, p. 37-57, 2006.

ABREU, Israel Campelo Domingos de. A relação entre retórica e pregação: uma análise sobre os conceitos de “sabedoria do mundo” e “sabedoria de Deus” à luz de 1 Coríntios 1: 10-2: 16. 2023.

MCGRATH, Alister; CHATRAW, Joshua; FORREST, Benjamin K. A História da Apologética: Uma introdução biográfica e metodológica. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2022.

BRAKEMEIER, Gottfried. Por que ser cristão?: —Dez boas razões para. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2004.

BOA, Kenneth D.; BOWMAN JR, Robert M. Manual de Apologética: abordagens integrativas para a defesa da fé cristã. São Paulo: Vida Nova, 2023.



BERTUCI, Heber R. “Com Mansidão e Respeito”: Apologética e Diálogo. Revista Eletrônica Espaço Teológico., v. 14, n. 25, p. 42-57, 2020.

CARDOSO, Wiliam. João 1: 18: único Deus ou único filho?. Kerygma, v. 6, n. 1, p. 125-134, 2010.

CORREIA, Enock. A IMPORTÂNCIA DO SÉCULO II NA FORMAÇÃO DO CÂNON DO NOVO TESTAMENTO. Conexão Teológica, p. 26-97

CRAIG, William Lane. Em Guarda: defendendo a fé com razão e precisão. São Paulo: Vida Nova, 2011.

CARPINETTI, Luís Carlos Lima. A fama e a fama dos cristãos no apologético de tertuliano–mito e questões de tradução. Comunicação, 2017.

MIRANDA, Daniel Leite Guanaes de. Thomas Boston e a ortodoxia reformada: o conceito de justificação no pensamento deste puritano escocês, em meio às controvérsias concernentes a esta doutrina no período da pós-reforma. Disponível em:
https://monergismo.com/textos/justificacao/Thomas-Boston-ortodoxia-reformada_Daniel-Leite.pdf. Acesso em: 28 jun. 2024.

FERREIRA, João Marcos Valvassori. A introdução da filosofia do logos no pensamento cristão. Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharel em Teologia da Faculdade Unida de Vitória no ano de 2021 sob orientação do professor Wanderley Pereira da Rosa, 2021.

JUSTINO, O MÁRTIR. Apologia. In: BUENO, Daniel Ruiz. Padres apologistas gregos. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1954, p. 182-278.

GONZALEZ, Justo. Uma história ilustrada do cristianismo: vol. 1: A era dos mártires. São Paulo: Vida Nova, 1995.

MARQUES, José da Cruz Lopes. O silêncio do martírio e a liberdade da palavra: a defesa da validade da doutrina cristã em justino, o mártir. Vox Scripturae, Revista Teológica Internacional – São Bento do Sul/SC, vol. XXV, n. 2, mai-ago 2017, p. 371-396.



PEREIRA, Daniel; DE SOUZA LAGES, Me Brayan. APOLOGÉTICA CRISTÃ: O DIÁLOGO ENTRE A FÉ E A RAZÃO, PARA DEFESA DA FÉ NO MUNDO ATUAL. PENTECOSTALISMO PENTECOSTALISMO E, p. 61.

CRAIG, William Lane. Apologética contemporânea: a veracidade da fé cristã. São Paulo: Vida Nova, 2012.

CRAIG, William Lane. Em guarda: defenda a fé cristã com razão e precisão. São Paulo: Vida Nova, 2011.

SANTOS, Meire Dalva Figueredo dos. O percurso gerativo de sentido e a interpretação do texto bíblico. 2013. 92 f. Dissertação (Mestrado em Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.

STREFLING, Sérgio Ricardo. A atualidade das confissões de Santo Agostinho. Teocomunicação, v. 37, n. 156, 2007.

XAVIER, E. T. JUSTINO MÁRTIR: UM FILÓSOFO EM DEFESA DA FÉ CRISTÃ. Último Andar, [S. l.], n. 24, p. 08–24, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ultimoandar/article/view/21517>. Acesso em: 14 jan. 2024.

ZILLES, Urbano. Fé e razão na filosofia e na ciência. Teocomunicação, v. 35, n. 149, 2005.

WINGERT, Diego dos Santos. Conformidade entre idéia e objeto: reflexão sobre a verdade na apologia de Justino Mártir. 2019. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

